



4º Encontro Internacional de Política Social
11º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Mobilidade do capital e barreiras às migrações:
desafios à Política Social
Vitória (ES, Brasil), 6 a 9 de junho de 2016

Eixo: Direitos humanos, segurança pública e sistema jurídico.

**SEGREGAÇÃO URBANA E CRIMINALIDADE VIOLENTA NA PERIFERIA DE
CACHEIRO DE ITAPEMIRIM**

Matheus Boni Bittencourt¹

Resumo

Partindo das análises de Davis (2006) sobre a segregação urbana, de Soares (2008) sobre o homicídio como fato social, e de Wacquant (2003; 2004) sobre a articulação entre segregação urbana e repressão penal sob regimes neoliberais, abordo a população, estrutura urbana, serviços públicos e criminalidade violenta nos bairros Zumbi, Village da Luz, Rubem Braga e Fé e Raça, que formam dois “aglomerados subnormais” (IBGE 2010) no município de Cachoeiro de Itapemirim. Utilizo dados da pesquisa empírica realizada por mim em 2014, à serviço da Secretaria Estadual de Ações Estratégicas do Espírito Santo.

Palavras-chave: Segregação urbana. Criminalidade. Violência. Espírito Santo. Cachoeiro de Itapemirim.

**URBAN SEGREGATION AND VIOLENT CRIME IN THE PERIPHERY OF CACHEIRO DE
ITAPEMIRIM**

Abstract

Starting from the analysis of Davis (2006) on urban segregation, Soares (2008) on the murder as a social fact, and Wacquant (2003, 2004) on the relationship between urban segregation and criminal repression under neoliberal regimes, I approach the population, urban infrastructure, public services and violent crime in the neighborhoods Zumbi, Village of Light, Rubem Braga and Faith and Race, which form two "subnormal agglomerates" (IBGE 2010) in the city Cachoeiro de Itapemirim. I use data from the empirical research conducted by me in 2014, working for the State Department of Strategic Actions of Espírito Santo.

Keywords: Urban segregation. Crime. Violence. Espírito Santo. Cachoeiro de Itapemirim.

Introdução

O Estado do Espírito Santo tem ostentado altos índices de homicídios e de encarceramento. As mortes por agressão tem tido uma taxa média equivalente a quase o dobro da nacional, entre o final dos anos 1990 e o início dos anos 2010 (WAISELFISZ, 2012). No mesmo período, a taxa de encarceramento estadual cresceu muito mais rápido que a equivalente nacional (BITTENCOURT, 2014; SINHORETTO, 2015). No entanto, o que tais indicadores nos dizem sobre o cotidiano daqueles que são mais direta e indiretamente impactados pela violência, seja ela privada, policial ou uma mescla de ambas?

¹ Graduado em Ciências Sociais (2011), especialista em História e Literatura (2012) e mestre em Sociologia (2014) pela Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: <matheusb2@openmailbox.org>.

Essa pesquisa desce um pouco ao contexto local de interação, aonde ocorrem os incidentes que “viram estatística”: um evento traumático para quem está próximo, e um número para quem está longe. Uma gama de fatores conflui para induzir incidentes violentos entre jovens pobres, que veem no tráfico de drogas ilícitas uma fonte de lucros rápida, ainda que bastante arriscada. Não se trata de uma associação monocausal entre pobreza e violência, mas de uma dinâmica complexa que interliga processos estruturais e interações entre indivíduos, tendo como plano de fundo profundas desigualdades sociais. Como inspiração teórica, utilizei as reflexões de Davis (2006) sobre a segregação urbana, a discussão de Soares (2008) sobre o homicídio como fato social, e a interpretação de Wacquant (2003; 2004) sobre a articulação entre segregação urbana e repressão penal sob os regimes neoliberais.

Utilizei informações da pesquisa que realizei à serviço da Secretaria de Ações Estratégicas do Espírito Santo (SEAE), coordenadora do Programa Estado Presente (2011-2014), para subsidiar o planejamento de ações de prevenção à criminalidade violenta nos bairros de Zumbi, Village da Luz, Rubem Braga e Fé e Raça, no município de Cachoeiro do Itapemirim. O Programa Estado Presente tinha como objetivo a prevenção e repressão da criminalidade violenta por meio da coordenação de esforços entre diversas secretarias estaduais, e, no geral, entre a ação policial e a política social, com foco nos grupos de bairros (aglomerados) que concentram o maior número de homicídios no Estado do Espírito Santo.

Sendo assim, para cada aglomerado dos grupos de bairros mais violentos do Estado, era produzido um diagnóstico sócioterritorial de serviços públicos (ou pelo menos assim estava previsto inicialmente). Para tanto, realizei uma pesquisa documental prévia, e depois passei uma semana no município, entrevistando diversos policiais militares e civis, funcionários municipais e líderes comunitários, além de visitar os bairros e os arredores. A pesquisa incluiu o território e a população do bairro, bem como suas condições de moradia, transporte, iluminação, saneamento básico, lazer, saúde, educação e segurança pública. O diário de campo que mantive durante essa semana e as informações federais, estaduais e municipais coletadas foram as fontes primárias utilizadas para produzir esta sócioanálise. Ressalte-se que este artigo, por ser guiado por questões teóricas, não é idêntico ao relatório de pesquisa administrativa, de caráter mais descritivo e pragmático, elaborado para a Secretaria Extraordinária de Ações Estratégicas (SEAE).

Os quatro bairros têm origem em loteamentos que se expandiram desordenadamente, através de ocupação irregular de áreas desvalorizadas e abandonadas da cidade, que foi motivada pela busca de famílias pobres por moradia e manipulada pelo clientelismo político dos poderosos locais. As políticas estatais de urbanização, nesses locais, foram fragmentadas e paliativas, às vezes francamente clientelista. Esses bairros fazem parte de dois “aglomerados subnormais”, segundo o Censo 2010 do IBGE: Zumbi e Rubem Braga. Como explica uma publicação oficial, o “aglomerado subnormal”:

É o conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das características abaixo: irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes e/ou carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública). (IBGE, 2010, p. 3).

Mais à frente, a mesma publicação explica que:

Sua existência [a dos aglomerados subnormais] está relacionada à forte especulação imobiliária e fundiária e ao decorrente espraiamento territorial do tecido urbano, à carência de infraestruturas as mais diversas, incluindo de transporte e, por fim, à periferização da população. Surgem, nesse contexto, como uma resposta de uma parcela da população à necessidade de moradia, e que irá habitar espaços menos valorizados pelo setor imobiliário e fundiário dispersos pelo tecido urbano. (IBGE, 2010, p. 3).

Esse processo deu origem a locais que concentram índices de pobreza e homicídios, com grande parte das famílias vivendo em moradias irregulares, fisicamente precárias e/ou localizadas em áreas de risco (como encostas íngremes sujeitas a deslizamentos e desabamentos), vias de circulação não asfaltadas, estreitas e sinuosas, carência de serviços públicos e atitude agressiva das polícias para com seus moradores. Apesar de separados geograficamente e terem surgido em épocas diferentes, com Village da Luz, Rubem Braga e Fé e Raça ao nordeste da zona urbana, ocupados a partir dos anos 1970, e Zumbi ao sul, ocupado desde os anos 1950, foi possível observar características similares.

Na análise seguinte, enfocarei os seguintes aspectos: população, estrutura urbana, serviços públicos e segurança pública. A última sessão foi destacada da anterior por duas razões: uma, metodológica, é que foi necessário focar mais na discussão sobre a dinâmica dos homicídios no local, e outra, substantiva, é que nem os seus agentes estatais, nem os supostos beneficiários, veem a polícia como um serviço público

como os outros, mas como órgãos estatais coercitivos, com pouca atuação no sentido de assistir ao cidadão.

Gostaria de agradecer a Tiago Maia, que muito ajudou na realização da pesquisa empírica que deu origem a este artigo.

População

De acordo com o Censo 2010 do IBGE, a população de todos os bairros somados é de quase 17,5 mil pessoas, sendo quase 10 mil apenas no bairro Zumbi. Como é regra na população brasileira, o número de mulheres é ligeiramente maior que o de homens. Segundo a Prefeitura, o Programa Bolsa-Família possui quase mil famílias com perfil de beneficiárias do programa, ou seja, com renda *máxima* de 154 reais por pessoa, das quais quase 884 são beneficiárias. Levando em conta a média de pessoas por domicílio, podemos estimar que há até 5 mil famílias vivendo no aglomerado, das quais quase um quinto tem um perfil de beneficiárias do Bolsa-Família, e um pouco menos que isso são beneficiárias.

O Plano Municipal de Assistência Social 2013-2016 de Cachoeiro de Itapemirim traz os resultados de uma pesquisa sobre “áreas de risco”, encomendada pela prefeitura e realizada pela “G-Strategic: gestão, assessoria, serviços e logística”. O diagnóstico foi realizado nas localidades compreendendo 14 (quatorze) bairros e 2 (dois) Distritos, no município de Cachoeiro de Itapemirim (ES), com o objetivo de operacionalizar as atividades desenvolvidas à coleta das amostras no trabalho de campo para subsidiar a elaboração do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS). No período de 03 a 28 de setembro do ano de 2012, foram visitados 6.732 domicílios, com estimativa populacional de 21.475 pessoas, ou seja, 42,30% da população das localidades mais vulneráveis.

Tabela 1: População e amostragem de "áreas de risco" em Cachoeiro de Itapemirim 2012

| LOCALIDADES | POPULAÇÃO GERAL | DOMICÍLIOS ENTREVISTADOS |
|-----------------------------------|-----------------|--------------------------|
| Bela Vista | 1431 | 207 |
| Boa Esperança | 1596 | 187 |
| Boa Vista | 3753 | 677 |
| Fé e Raça | 1437 | 139 |
| Gilson Carone | 4394 | 703 |
| Itaoca - Distrito | 5500 | 654 |
| Monte Belo | 1850 | 226 |
| Nossa Sr ^a . Aparecida | 1654 | 277 |
| Rubem Braga | 3191 | 494 |
| Santa Cecília | 1172 | 222 |
| São Lucas | 1122 | 155 |
| Soturno - Distrito | 5011 | 360 |
| União | 3355 | 380 |
| Valão – Elpidio Volpini | 2241 | 171 |
| Village da Luz | 3437 | 495 |
| Zumbi | 9622 | 1385 |
| TOTAL | 50.766 | 6.732 |

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Cachoeiro de Itapemirim

As entrevistas foram realizadas por pessoal convocado e treinado pela empresa G-Strategic, empresa responsável pela consultoria para elaboração do Plano Municipal de Assistência Social de Cachoeiro do Itapemirim, mediante emprego de questionário estruturado, com 56 questões de múltipla escolha (dos quais só discutiremos algumas), construído em parceria com a Comissão de Acompanhamento da Elaboração do PMAS 2013-2017. Como resultado, apresentou uma síntese dos dados gerais, sendo que o relatório completo, com gráficos e pareceres por localidade encontram-se na SEMDES para consulta. No que se refere ao perfil das pessoas que foram entrevistadas, a maioria era do sexo feminino, casada, e de faixa etária adulta, de 33 a 59 anos. A cor prevalecente é a parda e o grau de escolaridade dominante o ensino fundamental incompleto.

O homem foi apontado pela maioria como chefe do domicílio, apesar das mulheres adultas terem predominado na condição de entrevistadas. A renda familiar preponderante foi entre 01 e 02 salários mínimos. Em relação à moradia, a maioria reside em imóvel próprio, estabelecidos no município há 11 anos ou mais. Apenas 7,36% dos entrevistados residem no município a menos de 01 ano.

Dos entrevistados, 31,87% afirmam já terem passado por situação emergencial que necessitassem de atendimento social. Todas as opções de resposta foram citadas,

com destaque para a cesta básica apontada em 24,90% dos domicílios. No total 32,71% das famílias relataram ter membros idosos, com variações dependendo de cada localidade. O mesmo podemos avaliar no que se refere ao portador de deficiência, presente em 14,37% dos domicílios.

A maioria dos responsáveis pelo domicílio sabe ler e escrever e se encontra empregado. Do percentual de famílias com membros desempregados, prevalece a média de 01 indivíduo desempregado por família, e estes alegam que a maior dificuldade é a disponibilidade de vagas, seguida pela baixa escolaridade e falta de capacitação. Em relação a situações de risco, 16,47% relata já ter convivido com a violência doméstica e 14,08% têm em seu grupo familiar membros que fazem uso de drogas como maconha, crack, cocaína e outros. No que se refere a tabaco e álcool, 49,71% fazem uso.

Estrutura urbana

Cerca de 80% das moradias nos bairros são irregulares, produto de expansão desordenada e sem planejamento, por meio de “invasões”, distribuição ilegal de lotes e autoconstrução improvisada, o que contribuiu para a escassez e inadequação dos serviços e equipamentos urbanos nos bairros. Uma minoria entre as moradias irregulares são barracos, palafitas e malocas, de extrema precariedade, mas o número de moradias com precariedade relativa parece ser majoritária.

Também há várias habitações em áreas de risco, como encostas, barrancos e margens de rios, sujeitas a deslizamentos, inundações e doenças, não sendo raras as situações de desalojamento de moradores por causa de chuvas fortes. Muitas das casas foram construídas de modo que “invadem” o espaço das ruas e calçadas, fenômeno é particularmente grave no Zumbi, e contribui para que ruas sejam estreitas e/ou sinuosas, às vezes impedindo a passagem de veículos de maior porte. O que dificulta, por exemplo, a prestação de serviços de limpeza urbana e transporte coletivo.

No bairro Fé e Raça, com origem num conjunto habitacional para 300 famílias pobres, construído nos anos 1990, existem casas de alvenaria com 25 m², distribuídos em quarto, sala, cozinha e banheiro. No bairro Rubem Braga algumas casas ocuparam as margens do Rio Itapemirim, contíguas à Avenida Carlos Lindemberg. As edificações residenciais são geralmente de 1 a 2 pavimentos, estando a maior parte do bairro já consolidado, restando poucos terrenos vagos. A média de pessoas por domicílio no aglomerado é de 3,52. Investigações criminais apontaram a prática de expulsão de

moradores pelos grupos de traficantes armados que atuam nas comunidades. As casas de moradores expulsos são utilizadas como depósitos de drogas ilícitas e armas das gangues.

O bairro Zumbi é composto de 56 ruas, das quais 10 são asfaltadas e 33 pavimentadas. Em geral as vias são bastante estreitas e íngremes, dificultando a movimentação do transeunte por falta de espaço, pois as construções invadiram ruas, além muitos muros de contenção de encostas dos lotes já ocupados e que correm sérios riscos com deslizamentos. O bairro Village da Luz é composto por 32 ruas, das quais 09 são asfaltadas. No bairro Rubem Braga, composto por 20 ruas, apenas 11 são asfaltadas. Em sua grande maioria não possuem drenagem. As condições das vias, semelhantes também no bairro Fé e Raça, acabam prejudicando alguns serviços, como o transporte coletivo, coleta de lixo e a locomoção dos moradores, que são obrigados a enfrentar muita lama em períodos de chuva.

Existem poucos espaços de esporte e lazer, muitas vezes deteriorados e pouco adequados para o uso. Há forte demanda reprimida por espaços públicos para atividades de lazer, esporte e cultura. Mas também existe diversidade e sincretismo religioso e cultural, particularmente na área de Zumbi. Assim, existem manifestações culturais populares, em festas como o Bate-Flecha e a Folia de Reis.

Serviços públicos

Os ônibus que circulam pelos bairros com frequência vêm superlotados, com tempos de espera que chegam a 30 minutos ou até a uma hora, em especial nos horários quando são mais necessários (início e fim da jornada de trabalho ou estudo), e a tarifa é considerada excessiva.

O serviço de iluminação abrange a maior parte das ruas dos bairros do aglomerado. No entanto, os moradores reclamam da baixa potência e trechos sem iluminação. As ausências e deficiências da iluminação pública tem importante impacto sobre a insegurança subjetiva e objetiva dos moradores e transeuntes.

Segundo a Prefeitura, a cobertura da rede de água atinge na média 99% dos domicílios, e da rede de esgoto atinge 97,98%. A menor cobertura da rede de água é em Village da Luz, com 97,7%, e a maior em Fé e Raça, com 100%. A menor cobertura da rede de esgoto é Village da Luz, com 94%, e a maior é de Zumbi e Fé e Raça, ambos com 99,7%. O serviço de esgotamento sanitário tem grande alcance, mas não possui

tratamento satisfatório. O esgoto das casas dos bairros Village da Luz, Fé e Raça e Rubem Braga é despejado no Rio Itapemirim, que abastece a cidade, o que produz um risco sanitário considerável. Em alguns pontos o esgoto corre a céu aberto, ocasionando riscos sanitários e ambientais, principalmente no Zumbi.

A conexão com a energia elétrica abrange quase todas as casas, em níveis semelhantes à distribuição de água e esgoto (não foi possível obter os números exatos de beneficiários e excluídos do serviço de distribuição de eletricidade). No entanto, grande parte das ligações de energia elétrica é feita clandestinamente, e algumas outras são obtidas com o programa municipal de Tarifa Social, para famílias de baixa renda, ofertado pela Prefeitura. Durante a ocorrência de chuvas fortes e relâmpagos é comum ocorrerem quedas de energia.

O horário irregular da coleta de lixo cria alguma confusão e faz com que o lixo depositado por alguns moradores fique acumulado a céu aberto durante dias, até que a coleta seja realizada. Os problemas relatados não são exclusivos dos bairros do aglomerado, mas comuns ao serviço de coleta de lixo em todo o município. As dificuldades de transporte de caminhões pelos bairros, ocasionados pelas condições das vias públicas, criam problemas e até inviabilizam a coleta de lixo, particularmente no bairro Zumbi.

Existe uma unidade de saúde da família no bairro Zumbi, e outra no bairro Village da Luz (utilizada também pelos moradores de Fé e Raça e Rubem Braga). Estas duas unidades disponibilizam o atendimento básico para a população residente nestes bairros e nas adjacências. Quando há necessidade de atendimento especializado os moradores são encaminhados ao Pronto Atendimento no Bairro Baiminas, ou até mesmo fora do município, pois não existe hospital público em Cachoeiro do Itapemirim. Foram relatadas a escassez de profissionais e equipamentos básicos de saúde, e as longas esperas para marcar consultas.

Segurança Pública

Não há qualquer unidade operacional de segurança pública nos bairros estudados. A Polícia Militar realiza o policiamento ostensivo e atendimento de ocorrências por meio de duas viaturas. Tanto a Polícia Militar, em especial o Grupo de Apoio Operacional (G.A.O.) e o Grupo Tático Motorizado (G.T.A.M.), quanto a Polícia Civil realizam ações repressivas nos locais, que resultam em prisões, apreensões de

drogas e armas e às vezes “confrontos” entre suspeitos e polícia. A Guarda Municipal, assim como a Polícia Civil e Militar e Bombeiros Militares, é integrante do Centro Integrado de Operações de Defesa Social (CIODES), tem um efetivo de 71 agentes em todo o município, e 3-4 viaturas por dia para fazer o patrulhamento e proteção dos serviços e instalações municipais. A Polícia Federal possui uma Delegacia de Polícia localizada no município.

Os índices de homicídios no município tem se mantido abaixo da média estadual e próximos da média nacional. Os bairros do aglomerado têm representado uma média próxima a 15% de todos os homicídios ocorridos no município, sendo que possuem 9% dos habitantes – ou seja, tem uma taxa de homicídios 60% superior à de Cachoeiro de Itapemirim como um todo:

| | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | Total |
|--|------|-------|-------|------|------|-------|-------|------|------|-------|
| CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM | 44 | 45 | 33 | 39 | 39 | 49 | 47 | 35 | 41 | 372 |
| FÉ E RAÇA | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| VILAGE DA LUZ | 2 | 3 | 6 | 0 | 0 | 4 | 1 | 2 | 1 | 19 |
| RUBEM BRAGA | | 1 | | | | | | 1 | 1 | 3 |
| ZUMBI | 9 | 4 | 3 | 2 | 2 | 1 | 6 | 4 | 2 | 33 |
| Aglomerado | 11 | 8 | 9 | 2 | 2 | 5 | 7 | 7 | 4 | 55 |
| Proporção entre aglomerados e município (%) | 25 | 17,77 | 27,27 | 5,12 | 5,12 | 10,20 | 14,89 | 20 | 9,75 | 14,78 |

Fonte: GEAC/SESP-ES

Em 2010, segundo o IBGE, o município tinha 190 mil habitantes, e teve 49 homicídios, uma taxa de 25 por 100 mil habitantes. Em 2013, com 205 mil habitantes e 41 homicídios, uma taxa de 20 por 100 mil habitantes. Podemos observar também que em apenas dois anos o percentual de homicídios nos bairros desses aglomerados ficou abaixo do percentual na população, sendo que em um ano ficou aproximadamente igual, e por sete anos o percentual de homicídios ocorridos nos locais ficou superior ao percentual da população municipal que ali reside.

Em três anos o percentual de homicídios superou o dobro do percentual da população residente, sendo que em 2007 os homicídios ocorridos nos bairros representaram quase o triplo do ocorrido. Ou seja, em 7 dos 9 anos analisados o percentual de homicídios nos bairros foi superior ao percentual de população residente

nos bairros, sendo que em três foi superior ao dobro e em um ano chegou a quase três vezes. O que evidencia a concentração relativa de homicídios nessas localidades, que apresentam uma relativa precariedade de condições de habitação e serviços públicos, confirmando a relação que Soares (2008) havia apontado entre a violência letal e as desigualdades sociais intraurbanas no Brasil. Assim como, na média, os países mais desiguais tendem a ser mais violentos, dentro das cidades os bairros mais pobre (com indicadores sociais mais baixos) tendem a ser mais violentos que os demais bairros.

A investigação criminal dos homicídios tem seguido a tendência nacional de baixa eficiência e impunidade seletiva. Para uma parte relevante dos crimes não há instauração de inquéritos policiais, uma parte relevante dos inquéritos policiais não são remetidos ao Judiciário, e uma parte relevante dos inquéritos remetidos são devolvidos pelo Ministério Público, e por isso não levam a sentenças judiciais. E mesmo levando em conta que os índices de mortes por agressão de Cachoeiro de Itapemirim se mantêm abaixo da média estadual.²

| Tabela 3: Homicídios apurados, remetidos à justiça e sentenciados em Cachoeiro de Itapemirim (2007-2010) | | | | | |
|---|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------|
| | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | Total |
| Homicídios apurados | 42 | 49 | 38 | 46 | 175 |
| Inquéritos remetidos à Justiça até 31 de março de 2013 | 19 | 23 | 20 | 21 | 83 |
| Inquéritos não remetidos à Justiça até 31 de março de 2013 | 23 | 26 | 18 | 25 | 92 |
| Homicídios sentenciados | 10 | 8 | 2 | 6 | 26 |
| Fonte: Poder Judiciário e Polícia Civil do Espírito Santo Adaptado por Matheus Boni Bittencourt a partir de COSTA e PEREIRA (2014) | | | | | |

O número de homicídios sentenciados pelo Judiciário no período estudado fica em torno de 14,86%. A baixa eficiência da investigação criminal dos homicídios leva à baixa eficácia dos efeitos de dissuasão, neutralização e controle da punição para o crime de homicídio, e à fraca produção de conhecimento confiável sobre a circunstância, motivação, e autoria dos crimes letais intencionais. Por essa razão, a análise sobre a criminalidade violenta tem sempre limites estreitos, para além da produção de estatísticas policiais e de saúde pública, que identificam principalmente características

² Atente ao fato que existe uma divergência entre os dados da DHPP (baseados em investigações criminais) e da SESP (baseados em boletins de ocorrência) sobre o número de homicídios. As razões dessa divergência não estão no escopo deste trabalho.

da vítima, do instrumento, da data e do local do crime, sendo os demais detalhes em grande parte desconhecidos, sendo as informações disponíveis bastante seletivas, o que impede o seu uso como uma amostragem representativa do conjunto dos fatos.

Por exemplo, sendo os homicídios passionais mais fáceis de resolver, eles provavelmente representariam uma proporção maior entre os homicídios resolvidos que entre os homicídios consumados. Por outro lado, crimes envolvendo policiais como autores talvez nem sejam adequadamente investigados, por pressão ativa externa e interna aos órgãos responsáveis de controle da atividade policial, às vezes em razão de crença na culpa das vítimas estigmatizadas (supostamente mortas em “confrontos”), outras vezes por terem mandantes poderosos, silêncio e conivência entre os próprios policiais, etc. Acrescente-se ainda as dificuldades técnicas inerentes à investigação criminal, que muitas vezes exige o uso de tecnologias cujos equipamentos adequados e profissionais competentes nem sempre estão disponíveis, favorecendo a impunidade de criminosos capazes de artifícios mais sofisticados para ocultar sua participação em homicídios.

Essa baixa resolutividade tem como conseqüência que também o diagnóstico feito aqui, sobre a relação entre o tráfico de drogas e armas e a criminalidade violenta, tem sérios limites, pois são baseadas em resultados (alguns parciais) das investigações criminais seletivas.

Investigações criminais conduzidas pela Delegacia de Crimes contra a Vida (DCCV) identificaram a existência de grupos armados envolvidos tráfico de drogas como responsáveis por grande parte dos crimes violentos ocorridos nestes bairros e outros da cidade, tais como homicídios tentados e consumados, ameaças, extorsões, lesões corporais e roubos. Essas gangues armadas e violentas atuam principalmente no varejo do tráfico de drogas ilícitas e tem a pretensão de se impor pela força das armas de fogo como donos das comunidades e monopolizadores do comércio de drogas ilícitas.

Como ocorre na Região Metropolitana da Grande Vitória, a grande maioria das armas apreendidas são de uso permitido e pistolas e revólveres, não foi relatado qualquer flagrante de indivíduo com armas de fogo de uso restrito às Forças Armadas, como fuzis e submetralhadoras, embora tenha sido constatado o uso de escopetas de calibre 12 para cometer homicídios no município. Não se pode dizer, que as gangues de traficantes possuam armas de guerra, nem poder de fogo para enfrentar a polícia, apenas o suficiente para exercer impor um controle local do varejo do tráfico de drogas ilícitas,

intimidar moradores e transeuntes, impor o silêncio. Além da aquisição de armas de fogo, os lucros ilegais que permitem o consumo ostentatório, a cooptação de jovens pobres e a contratação de advogados.

Os líderes das gangues buscam distribuir alguns favores para moradores dos bairros, para conseguir apoio, conivência e admiração, prática que estaria em declínio nos últimos anos. Por outro lado, foram verificadas práticas de expulsão de moradores de suas casas, que passam a ser tidas como abandonadas e utilizadas como depósito de armas e de drogas. Alguns comerciantes pagam “taxas de proteção” às gangues, e transeuntes, que tentam circular pelo bairro são às vezes alvo de ameaças e extorsões. As quadrilhas são baseadas em relações de interesse financeiro, de confiança pessoal e de parentesco, havendo um caso de filhos que sucedem a pais assim que estes últimos são presos, no bairro Village e arredores.

A exploração do mercado ilegal de drogas provoca uma dinâmica própria de violência letal, que, sob repressão penal, pode ter efeitos opostos. Por excluir a possibilidade de organização formal e de arbitragem judicial dos conflitos comerciais, a ilegalidade do mercado de drogas ilícitas, da mesma forma que o acesso irregular a armas de fogo, potencializa a violência interpessoal decorrente da desigualdade social, ainda que nem sempre o motivo imediato dos crimes seja o interesse financeiro.

As redes mais amplas da distribuição e transporte de drogas ilícitas, sem as quais não seria possível o tráfico varejista, tem escapado à repressão policial. Houve operações frustradas para realizar flagrantes de indivíduos supostamente enriquecidos como traficantes, que atuavam no tráfico internacional e atacadista. Ao invés, a ação repressiva tem caído quase que em sua totalidade sobre o tráfico de drogas ilícitas no varejo. Geralmente as líderes e pistoleiros das gangues de traficantes são indiciados, denunciados ou condenadas por homicídios dolosos, enquanto os subordinados acabam presos ao serem flagrados com drogas ilícitas.

Na área de Village da Luz, Rubem Braga e Fé e Raça, o bando armado é liderado por uma família, cujo chefe encontra-se preso, mantendo ainda comunicação com seus filhos e empregados e influência sobre os seus negócios ilícitos no local, sendo inclusive suspeito de ser mandante de vários homicídios e agressões após ter sido preso. Outros membros da mesma família acabaram presos por envolvimento nestes mesmos crimes. A punição dos homicídios cometidos por este bando tem contribuído para frear e reverter o crescimento dos homicídios.

No bairro Zumbi a situação é mais complexa e instável. O bairro é um dos maiores do município, construído em um morro, apresentando maior densidade populacional e dificuldade de mobilidade e acesso, inclusive para o patrulhamento ostensivo e cumprimento de mandados de prisão. O tráfico de drogas ilícitas no bairro é disputado entre três gangues armadas, cada uma controlando o negócio ilícito em uma parte do território, um deles no alto, outros dois em cada lado da base do morro. O varejo da venda de drogas era anteriormente chefiado por uma única gangue armada, mas a prisão do seu chefe por vários homicídios e por tráfico de drogas levou à divisão do bando em outros três, que agora lutam entre si pelo controle dos pontos de venda e pelo prestígio de “donos do morro”.

A relação entre polícia e comunidade é pautada por desconfiança mútua. A ação da polícia nestes bairros é agressiva, sem maior eficácia na garantia de lei e ordem, o que facilita a ação de grupos armados para controlar o tráfico de drogas no local, intimidar testemunhas em potencial e obter prestígio junto a uma parcela dos residentes na área. Os moradores alegam que a conduta policial é gratuitamente abusiva, seletivamente brutal, e não raro conivente com as gangues armadas. Assim, se queixam de viver entre a violência dos traficantes e da polícia.

O encarceramento de jovens envolvidos com o tráfico ou consumidores de drogas ilícitas tem sido inútil para conter a violência armada, tendo em vista que os jovens acabam se “ressocializando” em subculturas criminosas no interior do sistema penitenciário ou sócioeducativo, ao invés de receberem educação e trabalho necessários para uma vida honesta. Sendo assim, a conduta policial tem sido um fator entre outros geradores de violência, e não um contraponto, dentro do contexto de segregação urbana.

Considerações finais

Os bairros que foram analisados neste escrito tem origens semelhantes. Mais que isso, formam uma história familiar na urbanização desordenada de muitos municípios de médio e grande porte. Constituíram-se a partir de uma distribuição inicial de lotes, e continuaram a crescer com a ocupação irregular e desordenada de terrenos e construção improvisada de casas por famílias pobres que procuravam moradia. Políticos locais teriam manipulado esse processo, distribuindo lotes ou se apresentando como protetor dos ocupantes em troca de apoio eleitoral. Como resultado, esses bairros cresceram de maneira desordenada, sem um provimento adequado de infraestrutura e serviços pelo

Poder Público, que posteriormente interviu com medidas urbanizadoras paliativas e fragmentárias, muitas vezes nitidamente clientelísticas.

Sendo assim, observa-se uma acumulação de desvantagens sócio-urbanas nessas localidades. Por exemplo, o grande percentual de moradias irregulares, precárias, localizadas em terrenos sujeitos a deslizamentos, etc, as vias de circulação estreitas, irregulares e não asfaltadas, carência de espaços de lazer, concentração de famílias pobres, que, como tais, tem acesso muito restrito à educação, tendo em vista as conhecidas deficiências da rede escolar pública. A estigmatização dos moradores é bastante evidente na indiferença geral em relação ao número relativamente alto de homicídios e na conduta policial abusiva, seletivamente violenta, ao passo que os moradores alimentam forte desconfiança em relação à polícia justamente em função desse comportamento hostil. Por isso não é de surpreender a frequência de supostos confrontos entre suspeitos e policiais, relatada por alguns entrevistados, e a baixa capacidade policial de resolver crimes.

Essa acumulação de desvantagens torna os locais propícios à violência física, que é um importante instrumento de gangues armadas, formadas principalmente por alguns jovens pobres moradores dos bairros, para controlar o tráfico de drogas no varejo local, o que lhes propicia lucro e prestígio, ainda que sob alto risco de prisão e/ou morte violenta. Pois o tráfico de drogas ilícitas conheceu uma notável expansão no Brasil, de meados dos anos 1970 até a data de realização da pesquisa, e um município de médio porte, como Cachoeiro de Itapemirim, com mais de 200 mil habitantes, não seria exceção. Apesar disso, esse município tem taxas de homicídio bem inferiores à média estadual e mais próximas à média nacional, o que pode indicar que as situações descritas aqui tenham variantes muito mais agudas, ou dinâmicas ainda mais complexas, em outras cidades. Ainda assim, e apesar dos limites muito estreitos desta pesquisa, é possível apontar os bairros aqui estudados como um interessante caso para o processo de potencialização da violência interindividual pela segregação urbana e pela atitude de agentes públicos.

Referências

ADORNO, Sérgio. Exclusão socioeconômica e violência urbana. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 8, p. 84-135, dez. 2002.

BEATO, Claudio. **Crime e cidades**. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

BITTENCOURT, Matheus Boni. **As políticas da insegurança**: da Scuderie Detetiva Le Cocq às masmorras do novo Espírito Santo. 2014. 168f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

_____. O paradigma penal-militar no sistema de justiça criminal. **Em Tese**, Florianópolis, v. 10, n. 1, jan./jun., 2013.

_____. Ditadura, democracia e segurança pública. **Simbiótica**, v. 2, 2013, p. 130-152.

_____. DADALTO, Maria Cristina (2014). Segurança privada e encarceramento: análise da realidade espírito-santense. *In*: CONGRESSO AbraSD, 5., 2014, Tema: Pesquisa em Ação: Ética e práxis em Sociologia do Direito, 2014. **Anais...** Vitória, Espírito Santo. p. 2439-2455.

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Aglomerados subnormais**: informações territoriais. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, 2010.

LIRA, Pablo. **Vitimização no Brasil e no Espírito Santo**: PNAD 2009. Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves, 2011.

PERALVA, Angelina. **Violência e democracia**: o paradoxo brasileiro. Paz e Terra: 2001.

RIBEIRO JÚNIOR, Humberto. **Encarceramento em massa e criminalização da pobreza no Espírito Santo**: as políticas penitenciárias e de segurança pública do governo de Paulo Hartung (2003-2010). Vitória: Cousa, 2012.

COSTA, Marco Aurelio Borges; PEREIRA, Carla Vicente. Uma abordagem empírica da prestação jurisdicional nos crimes de homicídio em Cachoeiro de Itapemirim de 2007-2010. CONINTER3 CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES, 3., 2014. **Anais...** Salvador BA: UCSal, 2014.

SANTOS, Gilvan Vitorino Cunha dos. **Segregação das vítimas de sujeição criminal**: lugar de bandido é na cadeia. 2010. 124 f. Dissertação (Mestrado)–Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

SINHORETTO, Jacqueline. **Mapa do encarceramento**: os jovens do Brasil. Brasília (DF): Presidência da República, 2015.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Não matará**s: desenvolvimento, desigualdade e homicídios. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

UNODC. **Global study on homicide**: trends, contexts, data. Relatório final de pesquisa. Vienna: ONU, 2011.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2013**. São Paulo: Singari, 2013.

____. **Mapa da violência 2012**. São Paulo: Singari, 2012.

WACQUANT, Loic. O que é um gueto? Construindo um conceito sociológico. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, n. 23, p. 155-164, nov. 2004.

____. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos [a onda punitiva].3..ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.